Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

POLÍTICAS TERRITORIAIS EM MINAS GERAIS NOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA
A COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA DO ESTADO

TERRITORIAL POLITICS IN MINAS GERAIS IN THE EARLY DAYS OF THE REPUBLIC
THE STATE'S GEOGRAPHIC AND GEOLOGICAL COMMISSION

RENATO SOMBERG PFEFFER[1]
ALIANE MARIA MOTTA BAETA[2]
MARIANA OLIVEIRA CRUZ[3]

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar, a partir de fontes primárias e secundárias, o contexto histórico envolvido na implantação, evolução e extinção da Comissão Geográfica e Geológica (CGG) do estado de Minas Gerais, criada em 1891 e dissipada em 1898. Sendo Minas dependente de outros estados para o escoamento de seus produtos e marcada pela desigualdade regional que ameaçava sua unidade, urgia ao governo mineiro priorizar e dirimir o problema da ordem geopolítica. Destacou-se entre estes empreendimentos a política de reconhecimento e representação do território concretizada pela implantação da CGG. Correndo o risco de utilizar uma expressão anacrônica, o texto parte premissa de que estavam sendo gestadas as primeiras Políticas de Planejamento e Desenvolvimento (PPDs) no estado. Embebida por um olhar científico e influenciada por variados interesses econômicos e políticos, a CGG teria sido uma ação embrionária de PPD que buscava ordenar o espaço paisagístico, territorial e populacional. Sendo insuficientes os estudos científicos sobre as PPDs no Brasil, o ensaio suscita novas perspectivas em torno de aspectos que são relevantes para compreensão dos liames que envolvem a criação, manutenção e extinção de uma PPD ao questionar a ideia de que o Estado é uma estrutura unificada e coerente a ser reificada.

Palavras-chave: Comissão Geográfica e Geológica. Minas Gerais. República. Políticas de Planejamento e Desenvolvimento.

[1] Professor e pesquisador da Fundação João Pinheiro de Minas Gerais; Doutor em Filosofia, Tecnologia e Sociedade; renato.pfeffer@fjp.mg.gov.br.
[2] Pesquisadora da Fundação João Pinheiro de Minas Gerais; Mestre em Tratamento da Informação Espacial; aliane.baeta@fjp.mg.gov.br.
[3] Bolsista Fapemig; Graduada em História; mari.olivercruz@hotmail.com.

ABSTRACT

The objective of this article is to analyze, based on primary and secondary sources, the historical context involved in the establishment, evolution and extinction of the Geographical and Geological Commission (CGG) of the state of Minas Gerais, created in 1891 and dissipated in 1898. Since Minas Gerais was dependent on other states for the flow of its products and was marked by regional inequality that threatened its unity, it was urgent for the Minas Gerais government to prioritize the geopolitical problem. Prominent among these undertakings was the policy of recognizing and representing the territory through the implementation of the CGG. At the risk of using an anachronistic expression, the text starts from the premise that the first Planning and Development Policies (PPDs) were being developed in the state. Imbued by a scientific perspective and influenced by varied economic and political interests, the CGG would have been an embryonic PPD action that sought to organize the landscape, territorial and population space. As scientific studies on PPDs in Brazil are insufficient, the essay raises new perspectives around aspects that are relevant to understanding the links that involve the creation, maintenance and extinction of a PPD by questioning the idea that the State is a unified and coherent structure to be reified.

Keywords: Geographical and Geological Commission. Minas Gerais. Republic. Planning and Development Policies.

INTRODUÇÃO.

O objetivo deste artigo é analisar, a partir de fontes primárias e secundárias, o contexto histórico e a gama de interesses envolvidos na implantação, evolução e extinção da Comissão Geográfica e Geológica (CGG) do estado de Minas Gerais, criada em 1891 e dissipada em 1898, ano em que a maior parte de sua equipe foi dispensada e o pessoal restante foi incorporado à Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, o que reduziu drasticamente as diversas atividades em desenvolvimento[4].

[4] O presente artigo é resultado de projeto de pesquisa que conta com o fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Entre as fontes primárias coletadas e analisadas a partir do início da pesquisa em 2023 destacam-se, entre outras, os anais do Congresso Constituinte e do Congresso Mineiro (1891-1899) e a coleção de leis e decretos do estado de Minas Gerais (1889 -1892). As fontes secundárias contemplaram referências bibliográficas clássicas e contemporâneas sobre o tema. Os resultados encontrados até o momento deixam patente a necessidade de se coletar dados complementares para o aprofundamento da temática.

Minas Gerais era naquele momento um estado dependente de outros estados para o escoamento de seus produtos, além de ser marcado pela desigualdade regional que ameaçava sua unidade. Esse quadro fez com que o governo mineiro priorizasse o problema da ordem geopolítica e promovesse ações no sentido de dirimir esta questão. Destacou-se entre estes empreendimentos a política de reconhecimento e representação do território concretizada pela implantação da CGG, cuja finalidade era "levantar e publicar as folhas da carta geral do Estado, a fim de ampliar e divulgar o conhecimento do território mineiro" (AMADO, 1996, p. 7).

Tendo mudado sua nomenclatura e atribuições por diversas vezes até os dias atuais, a finalidade original da CGG se manteve no tempo, mesmo quando, após sua extinção em 1898, se tornou uma mera seção da Secretaria de Agricultura entre 1898 e 1920.[5] A existência contínua do órgão de demarcação territorial de Minas Gerais por mais de um século pode ser considerada uma evidência clara de sua utilidade e importância.

Como afirmado, o presente texto pretende discutir os primeiros anos de existência deste órgão geocartográfico. Mesmo correndo o risco de utilizar uma expressão anacrônica, parte-se da premissa de que é possível afirmar que em Minas Gerais no início da República foram gestadas as primeiras Políticas de Planejamento e Desenvolvimento (PPDs) do estado. A CGG, especificamente, poderia ser pensada como uma ação embrionária de PPD que buscava ordenar o espaço paisagístico, territorial e populacional do estado mineiro. Embebida de um olhar técnico e científico, essa PPD era influenciada *pari passu* por variados interesses econômicos e políticos.

A insuficiência de estudos científicos sobre as PPDs no Brasil resulta na falta de legitimidade e credibilidade das iniciativas governamentais e constitui

[5] Nominada em 1891 de Comissão Estadual de Exploração Geográfica, a Comissão passou a ser designada Comissão Geográfica e Geológica em 1892, nome que foi mantido até 1898. 1898-1920: a CGG se torna uma seção da Secretaria de Agricultura (foram preservados apenas os trabalhos referentes à solução das questões de limites). 1920-1931: Comissão Geográfica e Geológica de Minas Gerais. 1931 e 1939: Serviço Geográfico e Geológico de Minas Gerais. 1939 e 1971: Departamento Geográfico de Minas Gerais. 1971 e 2013: Instituto de Geociências Aplicadas (IGA). 2013-2016: Instituto de Geoinformação e Tecnologia (IGTEC) – após a incorporação da Fundação Centro Tecnológico de Minas (CETEC) pelo IGA. 2016: o IGTEC teve suas competências incorporadas pela Fundação João Pinheiro (FJP) e pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico Ciência Tecnologia e Ensino Superior (SEDECTES).

uma lacuna historiográfica na compreensão desta agenda (Rocha; Borges, 2011). Isso ocorre em diversos temas, em governos de matizes diferenciados e se constitui em um rico campo de análises em um país onde aspectos estruturais reforçam um quadro assimétrico de distribuição de riqueza e poder.

Estas políticas públicas emergiram efetivamente em meados do século passado no país em um contexto desenvolvimentista, tendo cumprido apenas parcialmente seus objetivos por meio da intervenção do governo central e da estruturação de órgãos especializados. Desde então, essas ações governamentais alternaram momentos de robustez com outros de submersão nos debates acadêmicos e sociais. No final do século XX, sob influência neoliberal, as PPDs entraram em crise e, embora tenha havido tentativas posteriores de retomada, vêm revelando uma trajetória que evidencia o desmantelamento dos órgãos de planejamento.

Certamente, o contexto histórico desenvolvimentista que emergiu no Brasil em meados do século XX possui diferenças marcantes em relação ao que ocorreu no último quartel do século XIX no país, momento em a economia brasileira se tornou mais aberta ao comércio internacional e um conjunto de ideias aflorou nos debates intelectuais sobre a modernização via industrialização e ações incipientes de planejamento por parte do Estado.

Estas diferenças, porém, não são um obstáculo para o que se pretende com o artigo, que é suscitar novos olhares em torno de aspectos e dimensões que são relevantes para compreensão dos liames que estabelecem a necessidade da criação, manutenção ou extinção de uma PPD por meio do objeto de estudo proposto. Neste sentido, em sintonia com os avanços da "Nova História" (RÉMOND, 1998), o texto questiona a ideia de que o Estado é uma estrutura unificada e coerente a ser reificada e busca levar em conta o conjunto que o determinava.

Para alcançar esses objetivos, o texto subdivide-se nas seguintes seções, além da introdução e da conclusão: 1. Breve histórico do órgão geocartográfico mineiro nos primórdios da República; 2. O mosaico mineiro e a questão geopolítica na construção da nascente ordem republicana; 3. Os debates parlamentares que envolveram a formulação de políticas territoriais em Minas nos primeiros anos da República; 4. O arcabouço legal das políticas cartográficas

mineiras no início da República; 5. A evolução das atividades e a extinção da CGG de Minas Gerais em 1898.

1. BREVE HISTÓRICO DO ÓRGÃO GEOCARTOGRÁFICO MINEIRO NOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA.

Os estudos voltados para o conhecimento do espaço geográfico do estado de Minas Gerais não receberam a devida atenção no período imperial. Tais atividades eram consideradas uma tarefa complementar do Serviço de Estatística, sediado em Ouro Preto, capital mineira durante o Império, que produziu poucos e precários mapas da província. Essas cartas eram marcadas pela superficialidade da divisão regional do estado, onde se distinguiam apenas três zonas fisiográficas, além de uma vaga descrição dos limites intermunicipais e provinciais, o que ocasionou uma série de desavenças que só teriam solução no período republicano (AMADO, 1996).

A Proclamação da República em 1889 promoveu uma extensa reforma administrativa em Minas Gerais e resultou, no que tange aos estudos geográficos do território, na criação da *Commissão Estadoal de Exploração Geographica*, em 12 de fevereiro de 1891, pela lei estadual nº 368. Este órgão objetivava proceder o levantamento da carta geral do estado e realizar estudos sobre cursos de água e clima em Minas. Chefiada pelo engenheiro de minas e civil Augusto Abreu Lacerda (1860-1897) entre 1891 e 1895, a Comissão estabeleceu a metodologia de trabalho para confecção dos mapas no estado utilizando os processos mais modernos e rigorosos existentes.

Modernização e rigor técnico, aliás, eram preocupações marcantes daquele período que assistia o surgimento e o fortalecimento das instituições científicas no país. Especificamente, os estudos sobre o território que buscavam uma racionalização da gestão territorial que dirimisse as disputas de poder sobre a configuração do espaço no estado simbolizavam os impulsos de uma República recém-instalada que ansiava pela modernidade. É importante salientar que este não era um fenômeno exclusivamente mineiro após a instauração da República. A integração territorial era uma questão prioritária na busca do progresso em todo o Brasil.

Entre os atores envolvidos na formulação do programa cartográfico mineiro que resultou na criação da CGG estavam engenheiros e geólogos da Escola de Minas. Eles representavam a afirmação dos diversos campos disciplinares envolvidos no empreendimento de se fazer a leitura e classificação científica do território: engenharia, estatística, geografia, geologia, astronomia, botânica, meteorologia, entre outros. Essa elite científica regional conquistou paulatinamente seu espaço na estrutura de governo da recém-inaugurada República, "numa articulação entre poderes e saberes que sempre está na base dos investimentos públicos dos programas científicos e técnicos" (GOMES, 2015, p. 61).

A lei nº 368 de 1891 que deu origem à Comissão, fortemente influenciada pelo espírito científico da época, estabeleceu um quadro qualificado de funcionários que contava com um chefe e um assessor, quatro ajudantes auxiliares, um desenhista e um escriturário, além de permitir a contratação de colaboradores de campo em caráter temporário. Os primeiros serviços se iniciaram na Várzea do Marçal, localidade próxima a São João del Rei, depois se irradiaram por todo o território mineiro.

No ano seguinte, a Comissão teve suas atribuições ampliadas passando a se encarregar dos estudos geológicos, o que levou à alteração de seu nome para *Commissão Geographica e Geologica de Minas Gerais*, momento em que incorporou ao seu quadro dois geólogos e um meteorologista. Em 1894, passou a se incumbir dos estudos relativos aos limites municipais e interestaduais. Em 1896, ano em que Lacerda foi substituído por Álvaro Astolfo da Silveira (1867-1945), ocorreu a publicação da primeira carta topográfica estadual: a folha "Barbacena", em escala 1:100.000, com impressão primorosa em cinco cores.[6]

As escolhas técnicas da Comissão mineira, composta basicamente por especialistas da Escola de Minas, foram influenciadas pelos modelos metodológicos e experiências de cientistas americanos que trabalharam no Brasil, entre eles, Charles Frederick Hartt (1840-1878), que concebeu a Comissão Geológica do Império, criada em 1875, e Orville Derby (1851-1915), responsável pela Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, fundada em

[6] Embora conste na legenda 1895, a folha *Barbacena* foi publicada em 1896 (AMADO, 1996).

1886. O modelo norte-americano era defendido, inclusive, pelo mineralogista francês e fundador da Escola de Minas de Ouro Preto, Henri Gorceix (1842-1919). Em um processo de adaptação contínua deste modelo, o que era exigido pelas especificidades brasileiras, o processo de mapeamento das comissões mineira e paulista avançou.[7]

Essas comissões precisavam reunir em uma mesma carta, representada em escala instrumental, leituras geográficas, geológicas, topográficas e geodésicas. Essa tarefa urgente era obstaculizada por falta de recursos e pessoal especializado, vastidão do território, entre outras dificuldades. Daí a opção pelo pragmatismo dos resultados a serem alcançados por meio da superação dos esboços grosseiros do país construídos no passado, sem buscar cadastros e medições rigorosas, preconizando, assim, "o meio termo feliz entre os dois extremos" (LOMBARD; MENEZES, 1894, p. 3)[8].

No caso de São Paulo, havia um notório interesse dos cafeicultores nas atividades da Comissão, o que levou a uma instrumentalização da ciência como saber auxiliar da administração pública, o que não era incompatível, ao menos em um primeiro momento, com as ambições da Comissão dirigida por Derby (FIGUERÔA, 2001).

O estado de Minas Gerais, por sua vez, não contava com um grupo econômico hegemônico como ocorria em São Paulo, portanto, a CGG mineira não era pautada por interesses particulares de um grupo específico. Coube ao governo mineiro mediar os diferentes interesses, pois o mapeamento era fundamental para divulgação das riquezas naturais do território e para atração de pessoas e capitais para exploração. O pragmatismo mineiro ainda era

[7] Entre as adaptações necessárias realizadas houve a priorização do levantamento geográfico em detrimento do mapeamento geológico. Os cientistas europeus e norte-americanos defendiam que o mapeamento geológico deveria fundamentar a leitura científica de um território, mas, no Brasil, era necessária a exploração prévia, ao menos paralela, da geografia, especialmente do levantamento topográfico que era bastante rudimentar.

[8] Os programas mineiro e paulista adotaram nos levantamentos geodésico e topográfico sistemas expeditos. A geodésia expedita baseava-se na construção de uma rede de triângulos mais rarefeita a partir de uma única base e ajustada pela aferição constante dos instrumentos. O detalhamento topográfico era realizado por caminhamentos no campo de difícil precisão. Os erros ocorridos no campo eram corrigidos por cálculos feitos no escritório. Embora os equipamentos fossem fundamentais, cabia a cada topógrafo, a partir de sua competência, descrever a paisagem e fazer generalizações.

reforçado pela Escola de Minas que, dirigida por Gorceix, possuía uma mentalidade eminentemente prática.

Outra diferença marcante entre estas comissões estaduais dizia respeito ao fato de os paulistas utilizarem o mapeamento como instrumento de conquista de novos territórios, ou seja, da expansão da fronteira agrícola para o oeste. Em Minas, não havia fronteiras a serem expandidas.

> Certo é que, em Minas, outros fatores relacionados ao agenciamento do território, como a busca de um reequilíbrio geopolítico entre as regiões e a montagem de uma infraestrutura modernizante nas áreas mais dinâmicas do estado, pesaram na definição de aspectos técnicos do programa cartográfico, como a decisão sobre a região por onde se iniciar o mapeamento e a direção de seu desenvolvimento (do centro para o sul do estado) (GOMES, 2015, p. 70).

Embora com diferenças como as citadas, as comissões mineira e paulista eram fundamentalmente pragmáticas, pois somente tal metodologia poderia garantir resultados concretos em médio prazo e a continuidade dos programas.

Por motivo de economia, o governo estadual extinguiu a CGG mineira em 1898. Foram mantidos apenas os trabalhos referentes à solução de questões de limites, que ficaram a cargo de uma seção da Secretaria de Agricultura. Desde sua criação, em 1892, a Comissão mineira havia publicado dez folhas topográficas que cobriam uma área de 22.180 km² do estado. O quadro 1 a seguir sintetiza as principais realizações do programa cartográfico mineiro em fins do século XIX:

Quadro 1: síntese das atividades do programa cartográfico mineiro no início da República

Topografia e geodésia	*Cartografia*	*Limites*
A primeira medição de uma base triangular ocorreu em Várzea do Marçal (1891). A partir daí, foram planejados, com base na técnica disponível, marcos destinados a cobrir todo o estado e que serviram de referencial para a execução da carta geral de Minas. Em 1892, mesmo com precários recursos tecnológicos, já havia sido explorada uma área de 21.600	Buscando a representação do terreno em escala reduzida, foram selecionados com rigor desenhistas com experiência (1891). A rigidez da seleção só foi amainada com o aperfeiçoamento tecnológico posterior, que permitiu a execução de trabalhos estéticos e precisos. Os contratos eram provisórios e durante dois anos o desenhista era	Data de 1894 o estudo sistemático dos limites interestaduais e municipais com a criação da Turma dos Limites subordinada à CGG. No ano seguinte a turma foi transformada em órgão autônomo e nominada Comissão dos Limites. Desativada em 1899, os trabalhos desta Comissão não

km², em uma extensão de 150 km² e implantados 32 marcos geodésicos, com erro linear estimado em apenas 1.24 metros. Na medição utilizaram-se fitas de aço de fabricação norte-americana de 100 a 300 metros e fitas francesas de 20 metros aferidas pelo basímetro *Brüner.*	vigiado severamente por seus chefes. Em 1896 se iniciou a edição das folhas da carta geral do estado, totalizando quase 70 mapas, em escala 1:100.000, com esmero técnico e elevado padrão gráfico-visual. O ambicioso empreendimento jamais havia sido realizado em outros estados do país.	cessaram, pois, seus funcionários, lotados na Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, continuaram a participar das questões territoriais que exigiam a participação do governo em sua solução.

Fonte: Amado (1996). Elaboração própria.

2. O MOSAICO MINEIRO E A QUESTÃO GEOPOLÍTICA NA CONSTRUÇÃO DA NASCENTE ORDEM REPUBLICANA.

Nos primórdios da República, Minas Gerais era dependente de outros estados para o escoamento de seus produtos e "ameaçada em sua unidade pela desarticulação e desenvolvimento desigual das suas regiões, em função sobretudo do surto cafeeiro" (GOMES, 2015, p. 33). O fato de estar "cercada de terra por todos os lados" (WIRTH, 1982, p. 83) impunha ao estado mineiro uma prioridade à questão geopolítica no processo de construção da ordem republicana.

Naquele período, as elites políticas e intelectuais mineiras se dedicaram ao projeto de ordenamento do espaço paisagístico, territorial e populacional sob um olhar técnico e científico, embebidas de gestos simbólicos que rememoravam os sonhos dos inconfidentes e pela propaganda das riquezas naturais do estado para atrair imigrantes, sendo o ponto culminante deste projeto a bem-sucedida transferência da capital de Ouro Preto para Belo Horizonte em 1897.

Em meio às intensas lutas políticas pelo controle do estado entre republicanos históricos, adesistas e monarquistas que ocorriam em nível federal e estadual,[9] se sobrepunham os debates sobre os interesses sub-regionais. A rápida sucessão de lideranças no comando do governo estadual mineiro, com

[9] Élio Chaves Flores categoriza três grandes grupos políticos no início da República: "os republicanos históricos, aqueles que apoiavam a causa desde 1870; os adesistas, aqueles que aderiram às ideias republicanas 'em cima da hora' e aqueles que ainda eram monarquistas" (FLORES, 2018, p. 49).

diferentes programas de governo, comprova a instabilidade reinante nos primeiros anos da República.

Esta inconstância política, porém, não impedia a confiança no futuro, o que podia ser evidenciado pelos vultuosos investimentos em ferrovias, pelo estímulo governamental à imigração, pela construção de uma nova capital e outros programas subsidiados pelo governo (WIRTH, 1982). Entre essas ações governamentais destacam-se as políticas de reconhecimento e representação do território, concretizadas pela criação de programas estatísticos e cartográficos.

O otimismo supracitado é explicado em grande medida pelo federalismo implantado pela Constituição federal de 1891. O sistema federalista dotava os estados de autonomia inédita na história brasileira, o que permitia a emergência de projetos políticos regionais e locais e, sem dúvida, favorecia os estados mais ricos da federação, entre eles, Minas Gerais, um dos grandes estados exportadores. Essa maior autonomia regional exigiu a construção de um aparato governamental que atendesse a nova dimensão política do estado mineiro, uma vez que suas elites perceberam que esta soberania, que assegurava a independência orçamentária para reter no interior do estado a renda da produção, seria capaz de produzir um maior crescimento econômico (MELO, 1990).

Apesar das perspectivas positivas, o início do período republicano em Minas Gerais foi marcado pela tensão resultante da concorrência entre os interesses sub-regionais e da conciliação dos diversos atores que disputavam espaço no campo político. A falta de integração política e econômica do estado era um desafio para os governantes mineiros, o que era agravado pela fragilidade interna do poder estadual frente aos desígnios do governo federal e ao potencial desagregador do sistema federalista recém-implantado[10].

[10] Um tema recorrente na pesquisa historiográfica sobre o estado de Minas Gerais é a questão da integração interna, assunto este suscitado pelas dificuldades de se estabelecer ligações dinâmicas entre diferentes regiões mineiras até o século XX. Segundo Oliveira (2023), ocorreu certa integração entre as diferentes regiões mineiras e entre o estado e os mercados nacional e internacional em fins do século XIX, “contudo, esta ainda se baseava em um ritmo e em tecnologias que não satisfaziam às aspirações dos administradores estaduais àquela altura, tomados pelo fascínio exercido pela era ferroviária” (OLIVEIRA, 2023, p. 166)

Minas Gerais era um mosaico composto de sub-regiões muito diversas entre si no início da República. A Zona da Mata e o Sul de Minas, que foram ocupadas tardiamente, eram produtoras de café e haviam se tornado, a partir de meados do século XIX, os centros mais dinâmicos da economia mineira. A zona metalúrgica, no centro do estado, teve seu apogeu no século XVIII e, em fins do século XIX, estava em franca decadência. Situação semelhante ocorria em Campos das Vertentes. O Triângulo Mineiro era pouco povoado, com identidade incerta e com pouca representatividade na política estadual. As demais regiões eram marcadas por vazios populacionais e viviam de uma produção diversificada e de caráter endógeno.

A diversidade interna do estado levou Wirth (1982) a afirmar que Minas Gerais funcionava como um sistema federal em pequena escala, cabendo aos governantes equilibrar estas diferenças para evitar a fragmentação territorial. Os primeiros anos da República, especificamente, foram marcados por tensões entre as oligarquias estaduais mineiras que eram reflexo de embates travados nacionalmente entre *deodoristas* e *florianistas* no período 1891 a 1894 e entre *gliceristas* e *anti-florianistas* no intervalo 1894 a 1898 (VISCARDI, 1995) . O impacto na política interna do estado destas disputas federais pode ser sintetizado no quadro 2:

Quadro 2: impacto na política interna do estado de Minas Gerais das disputas federais	
Deodoristas *x* Florianistas (1891-1894)	Gliceristas *x* anti-florianistas (1894-1898)
A Zona da Mata e o Sul de Minas, zonas produtoras de café e onde se concentravam os republicanos históricos, eram ligadas a Floriano Peixoto (1839-1895), ao passo que o Centro e o Campos das Vertentes, com predomínio de adesistas e monarquistas, apoiavam Deodoro da Fonseca (1827-1892). Com a renúncia de Deodoro em 1891 e a ascensão de Floriano à presidência da República, as regiões cafeicultoras do estado foram beneficiadas e ampliaram seu capital político.	Com a vitória do candidato paulista Prudente de Morais (1841-1902) nas eleições presidenciais de 1894 foi criado o Partido Republicano Federal para garantir uma base sólida de sustentação ao novo governo, porém, logo surgiram divergências entre o presidente eleito e Francisco Glicério (1846-1916), líder do partido e ligado ao florianismo. Na medida em que a maior parte da elite mineira ficou ao lado de Prudente, os florianistas da Zona da Mata ficaram isoladas em seu apoio ao glicerismo e perderam o controle político do estado para os políticos do Sul do estado que, em aliança com as demais regiões, os alijaram do poder.

Fonte: Viscardi (1995). Elaboração própria.

Frente às estas disputas, a historiadora Maria Auxiliadora Faria (1992

apud Gomes, 2015, p. 34) levanta a interessante hipótese de que o que garantiu o amálgama das forças políticas mineiras e a unidade do estado naquele período foi o patriotismo regional:

> [...] o amálgama das forças políticas mineiras nos primeiros anos da República não foi uma identidade ideológica ou programática, mas sobretudo a cultura política da ordem e a *invenção da tradição* de um patriotismo mineiro, recurso simbólico fundado em um sentimento natural de pertencimento ao território de nascimento ou vivência, mas que ligava suas origens míticas à riqueza e singularidade da antiga região mineradora, à Inconfidência e especialmente à figura de Tiradentes (GOMES, 2015, p. 34-35).

Se é verdade que essa pátria estadual mineira teve origens míticas associadas ao período colonial, a invenção dessa tradição foi se consolidando, paulatinamente, ao longo do século XIX. Já na década de 1830, no período regencial, os mineiros ganharam na imprensa o apelido insultuoso de *toucinheiros*.[11] Era uma referência às "condições de sobrevivência, às formas de produção, às atividades econômicas e ao *ethos* social da província" (SILVA, 2023, p. 75). Apesar de desairoso, a percepção desta identidade mineira é confirmada pela historiografia contemporânea, que sustenta possuir a província de Minas Gerais uma próspera e dinâmica economia voltada para o abastecimento interno fundada no trabalho escravo, sendo o toucinho de porco um símbolo desta produção de alimentos (RESENDE, 2008).

Minas Gerais era uma sociedade complexa com uma enorme gama de ocupações (agricultores, criadores, mineiros, operários, artesãos…), onde a escravidão convivia com as altas taxas de alforria e a mestiçagem era pungente. Mas, afinal, em meio a esta complexidade política, social e econômica, haveria alguma peculiaridade que distinguiria os mineiros dos habitantes das demais províncias brasileiras no Império e no início da República?

Em uma perspectiva ampliada, Silva (2023) aventa a hipótese de que o modelo dos *toucinheiros* variou no tempo, em um processo dialético, na medida de suas realizações, insuficiências e derrotas. Neste sentido, a Constituição de

[11] Silva (2023) cita os seguintes jornais que utilizaram o epíteto *toucinheiro* ao se referirem aos mineiros: *O Universal* e o *Unitário* (ambos de Ouro Preto), *Paraibuna* (Barbacena) e *Sete de Abril* (Rio de Janeiro).

1891, ao instituir o federalismo, foi um destes momentos dialéticos que teria consolidado o caminho "para que os interesses estaduais buscassem no discurso de 'pátria estadual' o esfacelamento da União" (MELO, 1990, p. 70).

A exitosa emancipação política, administrativa e jurídica dos estados, derivada da nova Constituição, os dotou de autonomia financeira para controlar suas rendas, no entanto, pouca atenção foi dada na Carta à questão territorial. As dimensões e contornos físicos das antigas províncias que remontavam à ocupação colonial se mantiveram inalteradas, exceto por algumas transformações localizadas.

Transportava-se para a República, portanto, antigos litígios de limites do Império, além da "desigualdade demográfica e territorial entre as novas unidades federativas, o que, entre muitos outros fatores, consolidaria a médio prazo o peso da representação política dos estados mais populosos como Minas Gerais e São Paulo" (GOMES, 2015, p. 35).

3. OS DEBATES PARLAMENTARES QUE ENVOLVERAM A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS TERRITORIAIS EM MINAS NOS PRIMEIROS ANOS DA REPÚBLICA

O Congresso Mineiro Constituinte, instalado em 7 de abril de 1891, constituiu-se em fórum privilegiado de discussões relativas a questões territoriais. Ali foram debatidos o ordenamento, o domínio e o uso do território mineiro. A comissão do anteprojeto constitucional, nomeada pelo governador provisório Chrispim Jacques Bias Fortes (1847-1917), foi a base sob a qual

> [...] ocorreram os debates e as decisões dos constituintes mineiros, cuja composição resultou na absorção dos progressistas frente a vitória das forças mais conservadoras, agrupadas em torno de lideranças como João Pinheiro, Afonso Pena e Bias Fortes, comprometidas sobretudo com a manutenção da ordem e a construção de uma República possível (AS CONSTITUINTES [...] 1989, p. 50).

A constituinte mineira terminou marcada pela continuidade social, porém, seus debates explicitaram o entendimento dos interesses envolvidos nas políticas cartográficas e estatísticas do estado naquele momento histórico. As

deliberações sobre a autonomia e organização municipal e sobre a mudança da capital do estado foram pautas mais significativas nesta questão entre os constituintes mineiros no âmbito da implementação do federalismo e permitem entender as clivagens regionalistas.

Estas e outras discussões envolveram os grandes grupos políticos que representavam as elites políticas mineiras no Congresso de 1891: os republicanos históricos, concentrados nas regiões cafeicultoras da Mata e do Sul do estado, e os monarquistas e adesistas, ligados à região mineradora Central. Embora pouco representados na constituinte, os republicanos foram exitosos em seu objetivo de consagrar a autonomia municipal que perpetuava o poder dos coronéis e garantia a retenção de recursos financeiros nos municípios produtores de café (VISCARDI, 1995).

A estratégia utilizada pelas regiões da Mata e do Sul do estado para obter avanços na constituinte era a ameaça de separatismo, uma vez que eram as regiões com a economia mais dinâmica. Embora considerado indesejável, o argumento separatista era apresentado como uma solução frente às tentativas de centralização autoritária em um momento em que a base territorial do estado mineiro estava sendo discutida. A ameaça separatista e o senso de tradição identitária mineira fizeram com que os constituintes concentrassem as discussões em torno das questões da autonomia municipal e dos limites interestaduais, questões estas que teriam desdobramentos diretos na política cartográfica nos anos posteriores.

Segundo o deputado Olinto de Magalhães (1867-1948), por exemplo, o anteprojeto centralizador do governo estimulava as forças centrífugas e poderia provocar o desaparecimento do “glorioso estado de Minas” e de suas “inolvidáveis tradições”, “exatamente na hora histórica em que o ideal dos mártires mineiros de 1792 se corporizava numa realidade prática – a República” (CONGRESSO CONSTITUINTE, 1896, p. 46).

Por sua vez, o deputado constituinte David Moretzsohn Campista (1863-1911) reafirmou a necessidade da manutenção da integridade física do estado mineiro ao lembrar que a Constituição federal previa a possibilidade de desmembramento ou aquisição de territórios. Campista sabia que legislar sobre desmembramento ou subdivisão do estado era uma questão delicada e que

gerava receio entre seus pares constituintes, pois estes temas poderiam "despertar ideia de separação ou de retalhamento da pátria mineira" (CONGRESSO CONSTITUINTE, 1896, p. 118).

Atrelada à questão dos limites estaduais estava o debate sobre a soberania popular para decidir o destino do território em litígio. David Campista alertava que os possíveis desmembramentos poderiam se tornar instrumentos de pressão das populações locais e suas lideranças, caso se sentissem oprimidas e perseguidas pelo governo. Esse perigo fez com que ele afirmasse: "nenhum perigo correrá a integridade de nosso território, se dermos toda autonomia aos municípios, se a federação for sincera e lealmente praticada" (CONGRESSO CONSTITUINTE, 1896, p. 119).

Nos debates entre os constituintes ficava evidente a necessidade de investimentos do governo estadual no conhecimento da base física do território mineiro. Diversos deputados, entre eles Idelfonso Moreira de Faria Alvim (1867-1927), assinalaram a fragilidade dos dados estatísticos e geográficos em questões essenciais para a construção da nova ordem administrativa e jurídica do estado. Em especial no que tangia ao critério censitário da divisão municipal em discussão, Alvim reforçava que a carência de dados científicos permitiria a manipulação dos recenseamentos para atender interesses de ocasião. Nas suas palavras, "as localidades que tiverem pretensão à categoria de municípios terão o necessário cuidado de 'preparar' devidamente o recenseamento" (CONGRESSO CONSTITUINTE, 1896, p. 144).

O ponto nodal deste debate era a questão da centralização ou descentralização da arrecadação tributária. A centralização era considerada prejudicial para os municípios da Zona da Mata e do Sul e, portanto, vista por eles como uma injustiça que levaria ao separatismo e à dissolução da pátria mineira. Ao final, o impasse foi favorável

> [...] aos defensores da autonomia municipal e do seu direito de legislarem e arrecadarem impostos. Mas tal direito ficou restrito aos impostos sobre os quais se tinha de fato um conhecimento maior, como indústrias, profissões e imóveis urbanos (GOMES, 2015, p. 41).

Independentemente deste resultado, o certo é que os debates

constituintes sobre separatismo regional, fragilidade de fronteiras e de dados científicos necessários ao reordenamento político do estado fizeram emergir preocupações relativas à necessidade de se conhecer a geografia, a estatística e a cartografia do território.

A urgência de formulação de políticas territoriais no estado ficou ainda mais evidente em dois outros temas que estiveram presentes nas deliberações do Congresso Constituinte: a regulamentação do regime das terras devolutas e da exploração mineral e a construção da nova capital. Apesar de debatidas pelos constituintes, a regulação de ambas as matérias ficou a cargo da legislatura do primeiro Congresso Mineiro instalado em 1892. Fato é que estes temas provocaram um "duelo de argumentos técnicos e políticos entre bacharéis e engenheiros", o que exprimia a "emergência do discurso dos engenheiros enquanto agentes políticos e protagonistas das mudanças ensejadas com o novo regime" (GOMES, 2015, p. 43).

No que tange à construção da nova capital, segundo Melo (1990), é possível afirmar que ela gerou o arrefecimento da ânsia separatista no estado, pois o debate sobre este projeto se tornou um instrumento de barganha para as diversas regiões obterem concessões do poder executivo estadual. Durante a constituinte, inclusive, a decisão sobre a mudança da capital e a definição exata do local de sua implantação geraram uma espécie de compromisso que garantiu a conciliação entre os representantes das diversas regiões do estado.

O impulso pela unidade acabou prevalecendo acerca da pertinência e da viabilidade da construção da nova capital. Em outras palavras, venceu o patriotismo mineiro sob os interesses separatistas, pois "a coesão interna era condição para que se viabilizasse no plano estadual as prerrogativas de autonomia política e financeira que a nova ordem constitucional garantira" (GOMES, 2015, p. 42).

Paralelamente a este debate sobre a criação da nova capital, ocorria a discussão sobre as terras devolutas.[12] Diversos políticos mineiros, entre eles o senador estadual e bacharel em direito Virgílio de Melo Franco (1839-1922),

[12] A Constituição federal de 1891 transferiu para os estados a propriedade e o direito de legislar sobre as terras devolutas e sobre as minas. O governo federal reteve a seu cargo, apenas, as questões de segurança de fronteiras externas e infraestrutura (estradas de ferro federais).

duvidavam que a Secretaria de Agricultura, criada pela Lei 27 de 25 de junho de 1892, seria capaz de cuidar dos programas de imigração, registro de terras e organização da carta cartográfica.

Melo Franco, nas sessões que antecederam a promulgação da lei que regulamentava o uso das terras devolutas e das minas criando a repartição de terras e colonização, dizia que tais programas exigiriam uma despesa colossal, não prevista no orçamento, para contratação de engenheiros capacitados e aquisição de instrumentos. Por isso, o senador propunha adiar para "um futuro remoto" (CONGRESSO MINEIRO, 1911, p. 1049) tais procedimentos.

O senador e engenheiro Joaquim Cândido Costa Sena (1852-1919) contra-argumentava o bacharel Melo Franco, proclamando que cabia ao governo demarcar as terras a serem vendidas e que o projeto de lei era plenamente exequível. Asseverava que as dificuldades técnicas aventadas pelos opositores do projeto, como por exemplo a implantação do registro *torrens*,[13] não passavam de questões de pura topografia e agrimensura.

Segundo Costa Sena, o maior desafio a ser enfrentado pelo governo não eram as exigências técnicas, e sim a produção da carta geológica. Influenciado por Gorceix, o senador defendia a viabilidade de sua produção reiterando que os mineiros deveriam pensar em uma carta geológica "que satisfizesse as necessidades da agricultura, e que esta os alunos da Escola de Minas estavam em condições de levantar" (CONGRESSO MINEIRO, 1911, p. 1052)[14].

Em síntese, a diversidade de interesses envolvidos nos temas abordados nos parágrafos anteriores foram os desafios que influenciaram a implantação das políticas estatísticas e cartográficas em Minas Gerais. É certo que a definição das políticas e estratégias do programa cartográfico mineiro foi eivada de interesses políticos, mas, também é importante ressaltar, foi norteada por um inédito escopo técnico, científico e administrativo produzido pela nova elite intelectual de fins do século XIX.

[13] O registro *torrens* tem por finalidade oferecer ao proprietário de imóvel rural a presunção de domínio, desde que o imóvel fosse registrado. O registro foi implementado no Brasil pelo decreto 451B, de 31 de maio de 1891, sendo obrigatório para as terras públicas e deixando para cada estado sua adoção.

[14] As posições de Costa Sena se impuseram na Lei n° 27, que regulamentava a medição e demarcação das terras devolutas de acordo com o sistema *torrens*, e no Decreto n° 597, que aprovou o regulamento da CGG que introduzia, entre outras modificações, o mapeamento geológico.

4. O ARCABOUÇO LEGAL DAS POLÍTICAS CARTOGRÁFICAS MINEIRAS NO INÍCIO DA REPÚBLICA

Nos primeiros meses de 1890 foram elaborados dois decretos que tratavam da formulação de uma política estatística e cartográfica em Minas Gerais. O primeiro deles, o decreto 10, datado de 21 de janeiro e assinado pelo governador José Cesário de Faria Alvim (1839-1903), criou a Diretoria de Estatística do estado (MINAS GERAIS, 1889-1890). Esse decreto considerava urgente a necessidade da estatística para que a administração pública tivesse um campo balizado para determinar suas ações, pois, sem o conhecimento da geografia, viação e qualidade de terras, o estado não teria como resolver o problema do povoamento.

Dada a importância do estímulo ao processo migratório, era imprescindível que o administrador público conhecesse o que já existia em termos de população, indústrias, artes, ofícios, agricultura e comércio. Para alcançar estas finalidades, o governo estadual dividiu a Diretoria de Estatística em três seções: 1ª. Geografia, viação e análise de terras; 2ª. Indústrias, artes, ofícios, agricultura e comércio; 3ª. População, instrução pública, justiça, finanças e polícia.

Entretanto, pouco mais de dois meses após sua edição, em 29 de março, o decreto 33 modificava as medidas de Alvim (MINAS GERAIS, 1889-1890). A partir deste segundo decreto, a Diretoria de Estatística foi transformada em três comissões, o que na prática significava que os serviços antes pensados como estruturadores da ação administrativa passavam a ser considerados temporários.

Coube ao republicano histórico João Pinheiro da Silva (1860-1908), substituto interino de Alvim no governo provisório, a promulgação desta lei substituta, que foi justificada pela necessidade de se economizar o dinheiro público e pela transitoriedade dos serviços que seriam realizados. Embora afirmasse a efemeridade dos serviços, a norma mantinha as metas ambiciosas do decreto anterior e estabelecia as bases técnicas para o desenvolvimento dos trabalhos.

As novas instruções determinavam que os trabalhos cobririam três

classes de serviços estatísticos: dados relativos ao território (1ª Comissão), estudos da população (2ª Comissão) e estudos relativos à agricultura, indústria e comércio (3ª Comissão). Essas atividades geográficas e cartográficas, a serem realizadas na escala de cada município, objetivavam, além de inventariar as riquezas e potencial do estado, consolidar as bases físicas da unidade federativa, definindo os limites administrativos e jurídicos em nível interno e externo. Ao final, esperava-se retificar os mapas existentes formando uma ideia suficientemente exata da geografia do estado.

A historiadora Maria do Carmo Andrade Gomes presume que as disputadas nomeações para as comissões criadas pelo decreto 33 envolveram "uma rede complexa na qual se entrelaçavam interesses distintos de cientistas e engenheiros, funcionários públicos e políticos, professores e alunos, republicanos de primeira ou de última hora" (GOMES, 2015, p. 49). Estava em jogo a conquista do espaço político, além de projetos científicos como o plano de viação e o mapeamento geológico.

Independentemente das disputas políticas, o decreto estabeleceu um robusto planejamento estatístico para Minas Gerais que contava com um programa técnico claramente definido. Por outro lado, no que tangia à cartografia, o decreto era bastante restrito, pois destinava-se a completar as cartas existentes (FREITAS, 1943).

O programa avançou lentamente na década de 1890. Dentre as dificuldades encontradas, ressalta-se a desconfiança da população em fornecer dados e o fato de os funcionários públicos encarregados exonerarem-se constantemente de seus cargos. Frente a estes e outros impasses, o recenseamento estadual previsto para setembro de 1890 acabou postergado. Em seu lugar, foi estabelecido um acordo entre o governo estadual e federal para realização de um recenseamento geral do país, a ser executado entre 1890 e 1891 pelo Ministério do Interior (LESSA, 1999).[15]

Esses interesses superpostos do governo estadual e federal na área da estatística, que também afetavam diretamente as realidades municipais,

[15] Segundo Lessa (1999), embora tivesse uma postura errática, o governo federal concebeu este censo como primeiro instrumento para instauração da nova ordem. Neste sentido, foi restaurada, em 1890, a Diretoria Geral de Estatística, que havia sido extinta em 1879.

deixavam explícitas as necessidades de uma nova ordem que ainda estava definindo os contornos do federalismo. Além disso, mais do que fornecer dados descritivos da população e das atividades econômicas, as atividades estatísticas previstas evidenciavam a complexa relação entre o saber científico e os grupos políticos que disputavam o poder.

No caso de Minas Gerais, as dificuldades enfrentadas pelos trabalhos estatísticos e cartográficos iam se avolumando no início da década de 1890. Em menos de um ano de existência, as comissões previstas no decreto 33 passaram por diversas recomposições e mudanças em seus quadros o que, apesar das ambiciosas metas traçadas, demonstra o caráter incipiente do projeto.

Essas alterações nas comissões evidenciam o choque de ideias e personagens nos anos iniciais do programa cartográfico mineiro, incluindo aqui as críticas de Henri Gorceix sobre a não exequibilidade do mapa topográfico e geográfico de Minas em apenas três anos, como era a proposta da Comissão. Gorceix sustentava que trabalho similar desenvolvido em São Paulo, com recursos muito mais amplos, teria demorado muito mais tempo e ainda não havia sido finalizado (MORAIS, 1954).

O projeto intelectual e técnico da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, aliás, foi fundamental para a Comissão Geográfica mineira. A chegada de Abreu Lacerda a Minas, trazendo na bagagem a experiência da Comissão paulista e assumindo a presidência da CGG mineira, foi considerada um marco na política cartográfica do estado.

Ex-aluno de Gorceix, Lacerda definiu um plano de natureza geográfica que deveria resultar, indo além de meras correções dos grosseiros mapas existentes, em uma nova carta geral do estado, conforme previsto na lei estadual 368 de 1891 (MINAS GERAIS, 1891). Sob sua liderança e seguindo a metodologia implementada em São Paulo, consagrou-se o mapeamento baseado na triangulação e o levantamento topográfico que compreendia a determinação dos centros populosos, a direção das estradas, os cursos d'água e a determinação barométrica da altitude.

As instruções previstas por Lacerda, porém, passaram por mudanças de objetivos um ano após sua definição. Isso porque a gestão do regime de terras estabelecido pela Constituição federal de 1891 exigiu que o governo mineiro

sancionasse, em 1892, a lei 27, que regulava a medição e demarcação de terras devolutas do estado (MINAS GERAIS, 1892). Isso fez com que o mapeamento geológico fosse retomado pelo poder público acrescido pelo mapeamento cadastral necessário à demarcação das terras devolutas, sendo que este último acabou não ocorrendo.

Frente às dificuldades impostas pelo mapeamento, a lei 27, normatizada no decreto 597 de 1892, buscava regulamentar a atividade em duas escalas, que deveriam ser desenvolvidas paralela e autonomamente: mapeamento das terras devolutas de forma gradativa (medição, demarcação, divisão e descrição) e ampliação das atribuições da Comissão Estadual de Exploração Geográfica, doravante denominada Comissão Geográfica e Geológica de Minas Gerais.

A metodologia prevista para o levantamento da carta geográfica rompia com o modelo utilizado pela Comissão paulista que, inicialmente, seria copiado. Cada passo do processo era descrito: especificidades do trabalho de triangulação e da topografia; a natureza dos equipamentos; as formas de cálculo dos nivelamentos; os elementos de caráter permanente a serem observados no campo; a escala a ser adotada (1:100.000) e o dimensionamento das folhas (0.50 por 0.60 cm), entre outros pormenores. Ao final, a carta geográfica deveria conter:

> [...] limites com os estados vizinhos, e os municípios-sede; os rios, ribeirões e córregos; as estradas gerais, municipais e vicinais; as fazendas, casas, engenhos e fábricas à beira dos caminhos e estradas; o traçado das estradas de ferro; as estações telegráficas; o bloco das cidades, vilas, arraiais e povoações; a vegetação natural e culturas; o relevo do solo, por meio de curvas de nível de 50 em 50 metros; a altitude dos picos notáveis; enfim, tudo quanto possa ser de auxílio à administração do estado (MINAS GERAIS, 1892, Decreto 597, art. 6º).

Depois das “idas e vindas nas formulações legais entre 1890 e 1892” (GOMES, 2015, p. 60), o decreto 597 foi o dispositivo que norteou os trabalhos da Comissão, mesmo quando parte dos objetivos foi abandonado. Destaca-se no texto legal a preocupação com o rigor técnico e a precisão dos dados nos levantamentos geográfico e cartográfico, a preocupação na aplicabilidade econômica dos estudos e a necessidade premente de divulgação dos resultados deste processo.

5. A EVOLUÇÃO DAS ATIVIDADES E A EXTINÇÃO DA CGG DE MINAS GERAIS EM 1898

A Comissão Geográfica e Geológica de Minas Gerais instalou seu escritório, inicialmente, em Barbacena e começou a medição da primeira base geodésica nas proximidades de São João del Rei. A escolha destas duas localidades foi uma decisão geopolítica relacionada às disputas políticas, interesses econômicos e segmentações regionais do período. O desequilíbrio interno do estado exigia a reordenação das forças políticas (RESENDE, 1982) e ambos os municípios eram considerados eixos de progresso, tanto que foram cotados para sediar a futura capital do estado.

Além disso, situavam-se no centro de Minas, região que possuía maior força política na medida em que exercia o controle do aparato administrativo estadual. O vetor de expansão dos trabalhos, que ocorreu em direção ao Sul, indicava o deslocamento espacial dos serviços públicos para zonas mais dinâmicas, o que evidenciava uma aliança de interesses entre a região Central e a região Sul, “aliança que, na intrincada trama geopolítica do período, prevaleceu sobre a aliança Sul-Mata, mais representativa dos interesses hegemônicos dos cafeicultores” (GOMES, 2015, p. 75).

As disputas de interesses supracitados atingiram, além da CGG, a Comissão de Estudos de Localidades para mudança da capital. Ambos os programas simbolizavam os impulsos modernizantes da República recém-instalada, respondiam às disputas de poder que já duravam décadas sobre a reconfiguração do espaço no estado e, simultaneamente, apontavam para uma racionalização científica da gestão do território (SALGUEIRO, 1997).

A Comissão Geográfica liderada por Lacerda encontrou dois obstáculos imediatos após sua implantação: a necessidade de importação dos equipamentos dos Estados Unidos, o que não foi suficiente para a Comissão se tornar independente da colaboração do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro, e a falta de pessoal técnico qualificado. Essa última dificuldade foi sanada, em sua maior parte, por engenheiros e agrimensores egressos da Escola de Minas e, apesar das contínuas recomposições e alta rotatividade, a Comissão conseguiu manter um núcleo relativamente estável até 1898.

Em 1892, o escritório da CGG foi transferido para Lavras e, com a ampliação das finalidades da Comissão pelo decreto n. 597, Lacerda passou a insistir na ampliação do quantitativo de pessoal e na instalação de um escritório em Ouro Preto. Neste pleito, ele obteve apoio do recém-eleito presidente da província, Afonso Pena, que acreditava que uma boa carta geológica, ao evidenciar as riquezas naturais do estado, poderia fazer o estado atrativo aos imigrantes. Por outro lado, o presidente provincial também demonstrava sua preocupação com a necessidade de respostas rápidas que justificassem a manutenção dos investimentos estatais. Era justamente essa urgência política por resultados que impedia um mapeamento sistemático da região, pois este processo era necessariamente lento devido às minúcias envolvidas.[16]

Outro problema político de semelhante gravidade era a incompatibilidade entre os interesses de determinados grupos políticos e/ou regionais e o projeto científico em si, pois, mesmo que o projeto se orientasse inicialmente para as regiões mais ricas e poderosas, ele deveria seguir uma determinada metodologia que pressupunha um mapeamento gradativo e uniforme do estado.

Para agravar a situação da Comissão liderada por Lacerda, em 1894 foi criada uma turma especial para mapear a região limítrofe de São Paulo. Essa nova frente se somou a outras frentes de mapeamento no território, como as comissões de medição de terras, mantidas pela repartição de obras públicas, e a Comissão Construtora da Capital. O resultado foi que, mesmo com o crescimento dos investimentos por parte do governo, os recursos foram divididos entre as várias comissões.

Em 1895 ocorreram mudanças significativas na Comissão Geográfica mineira: Augusto de Abreu Lacerda foi substituído por Álvaro da Silveira na chefia do órgão e a turma especial que cuidava dos limites com São Paulo, originalmente subordinada à CGG, adquiriu autonomia. Essas mudanças não significaram o aumento do prestígio da Comissão liderada por Silveira, ao contrário, pois foi a nova Comissão Geográfica de Limites a grande favorecida

[16] Buscando dar visibilidade aos trabalhos realizados e garantir a continuidade dos investimentos, a CGG apresentou suas primeiras imagens cartográficas em 1893: um esboço inacabado de uma das folhas na escala 1:100.000 que visava testar a capacidade técnica dos impressores franceses e um esboço da zona explorada de 1891 a 1893.

com mais recursos e uma equipe maior, o que denotava uma mudança nas prioridades do estado.

Silveira buscou a partir de então acelerar os trabalhos de seu antecessor priorizando a triangulação, que estava atrasada em relação ao levantamento topográfico, além de introduzir estudos botânicos entre os objetivos da Comissão, apesar das limitações de recursos. Coube ainda a ele definir grande parte das convenções das cartas e publicar, em Paris, as cartas de Barbacena, São João del Rei, Ibertioga e Carrancas.

Até a interrupção dos trabalhos da CGG em 1898, seguiram-se a publicação e divulgação das cartas de Aiuruoca, Luminárias, Baependi e um novo mapa com a área já coberta pelo mapeamento (1897), de Lavras (1898) e, já após a extinção da Comissão, de Lima Duarte e Rio Preto (1899). A preocupação constante de Silveira durante sua gestão foi dar visibilidade aos trabalhos da Comissão, provando que os mapas eram instrumentos essenciais para a boa gestão pública do estado.[17]

O esgotamento do ciclo de prosperidade do estado fez com que Silveira enfrentasse sérias dificuldades econômicas durante sua gestão. A origem dos recursos investidos pelo poder público derivava do crescimento das receitas orçamentárias com a estadualização dos impostos de importação, que antes da Constituição de 1891 eram recolhidos pelo governo federal.

Paralelamente, a alta de preços no mercado internacional do café na segunda metade da década de 1880 teve consequências positivas para o estado até 1894. Conjugada com o crescimento das lavouras mineiras, a pujança econômica estadual durou até meados de 1890 provocando um surto de investimentos públicos. A partir de então, no momento em que Silveira se tornou responsável pela CGG, a baixa de preços expôs a fragilidade de um estado dependente da cafeicultura (RESENDE, 1982).

A desvalorização do café e do câmbio fizeram cair as receitas orçamentárias, o que forçou Silviano Brandão (1848-1902), novo presidente

[17] Ao contrário de Lacerda, que julgava que os limites municipais não deveriam ser assinalados nas cartas devido ao caos reinante nesta questão, Silveira argumentou em favor de sua representação, mesmo que esses limites fossem alvo de disputas, afinal, sem eles, seria complicado dimensionar as necessidades de imigração, da condensação da população, entre outras questões prementes que o progresso regional exigia. Acabou prevalecendo a posição de Silveira.

provincial eleito em 1898, a adotar uma política centralizadora que efetuou cortes profundos nos investimentos públicos. Segundo o próprio Brandão, foram necessárias a supressão de serviços dispensáveis, a suspensão dos adiáveis e a reorganização de vários outros (MINAS GERAIS, 1899).

No que tange aos mapeamentos da CGG e da Comissão de Limites, o novo governo entendia que eram ideias que, embora úteis, poderiam ser adiadas. Essa percepção levou à extinção das duas comissões, o que pegou de surpresa as equipes e deixou diversas etapas dos trabalhos inacabadas. Para que as ações já realizadas pudessem ser aproveitadas no futuro, procedimentos variados foram adotados, entre eles: a descrição detalhada, no relatório final, dos sinais de triangulação das zonas fronteiriças e a contratação de Silveira pelo governo, em 1899, para terminar as folhas inacabadas de Lima Duarte e Rio Preto.

Diante dos cortes orçamentários profundos realizados pelo governo Silviano Brandão, a extinção da CGG era inevitável, mesmo com suas realizações reconhecidas como fecundas no meio científico e consideradas úteis pelo governo. Adiava-se, portanto, o projeto ambicioso da fabricação do mapa geral do estado, elemento fundamental do “programa de construção de uma grande nação mineira” (GOMES, 2015, p. 95).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em fins do século XIX, a República brasileira precisava inventariar e sistematizar o acesso aos seus recursos naturais, de forma que pudesse estabelecer uma política de exploração racional deste patrimônio. Essa nova política, especialmente no que tange ao agenciamento territorial, deveria envolver uma atuação direta do poder público articulado com o novo saber científico.

A Proclamação da República, portanto, estimulou projetos geopolíticos governamentais nacionais e regionais que enfatizassem a unidade territorial e a riqueza natural do país e dos estados da federação. Efêmeros em sua maioria, esses projetos, como o da Comissão Geográfica e Geológica de Minas Gerais, lançaram as bases científicas do conhecimento territorial brasileiro.

O contexto histórico que permeou a criação da política cartográfica e do programa de exploração geológico e geográfico de Minas Gerais estava associado ao federalismo republicano, que havia obrigado os estados a construírem um aparato administrativo para afirmar sua unidade, além de "inventar tradições" (GOMES, 2015, p. 95) para legitimar essas pretensões. Arrecadando mais impostos devido à nova Constituição, os estados tinham que resolver a questão da divisão territorial, em especial a questão das fronteiras, que ficara pendente na transição do regime político.

Cientes destas necessidades, os constituintes mineiros de 1891 defendiam a criação de uma comissão para estudos dos limites do estado, pois as tensões com os vários estados que cercavam o território mineiro datavam do Império. Os discursos também trouxeram à tona a insatisfação das localidades mineiras em relação à falta de atenção recebida pelo governo do estado, explicitaram tensões sub-regionais e evidenciaram confrontos entre políticos e cientistas.

Simultaneamente a estes debates que se prolongaram ao longo dos anos seguintes, a CGG desenvolveu um frutífero trabalho, apesar da escassez de recursos, das dificuldades técnicas, dentre outros obstáculos. A crise econômico-financeira de 1898, porém, levou à extinção da Comissão. Apesar dos significativos avanços perpetrados, os trabalhos da CGG foram considerados dispensáveis e interrompidos, pois seus responsáveis não foram capazes de conciliar a urgência do governo por resultados com as ambições científicas do projeto.

REFERÊNCIAS

AMADO, Eugênio Â. A. (org.). **Um projeto de atividades geocartográficas em Minas Gerais**. História do IGA. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (CETEC), 1996.

AS CONSTITUINTES mineiras de 1891, 1935 e 1947; uma análise histórica. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa, Conselho de Informação e Pesquisa, 1989.

CONGRESSO CONSTITUINTE. **Anais do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais, 1891**. Ouro Preto: Imprensa oficial, 1896.

CONGRESSO MINEIRO. **Anais do Senado**: primeira sessão da primeira legislatura nos anos 1891 e 1892. Belo Horizonte: Imprensa oficial, 1911.

FARIA, Maria A. **A política da gleba**. As classes conservadoras mineiras: discurso e prática na Primeira República. 1992. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, 1992.

FIGUERÔA, Sílvia F. M. **Ciência na busca do Eldorado**: a formação da comunidade científica no Brasil. Brasília: MCT/CEE, 2001.

FREITAS, M. A. Teixeira. Os serviços de estatística do estado de Minas. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 13, p. 107-130, jan./mar. 1943.

FLORES, Élio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In.: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **Brasil republicano**: o tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

GOMES, Maria do Carmo Andrade. **Mapas e mapeamentos**. Políticas cartográficas em Minas Gerais. 1890-1930. São Paulo: Annablume Editora, 2015.

LESSA, Renato. **A invenção republicana.** Campos Sales, as bases e da decadência da Primeira República brasileira. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

LOMBARD, Luiz; MENEZES, Belarmino Martins de. A cartografia do estado de Minas: enumeração dos defeitos dos mapas existentes. **Estado de Minas**, Ouro Preto, ano 5, n. 384, 5 abr., 1894.

MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira de. **Pois tudo é assim... educação política e trabalho em Minas Gerais (1889-1907).** 1990. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1990.

MINAS GERAIS. **Coleção de leis e decretos do estado de Minas Gerais.** Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1889-1890.

MINAS GERAIS. **Coleção de leis e decretos do estado de Minas Gerais.** Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1891.

MINAS GERAIS. **Coleção de leis e decretos do estado de Minas Gerais.** Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1892.

MINAS GERAIS. **Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Gerais Dr. Afonso Augusto Moreira Pena ao Congresso Mineiro em sessão ordinária da 1ª legislatura.** Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1893.

MINAS GERAIS. **Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Gerais Dr. Francisco Silviano de Almeida Brandão ao Congresso Mineiro em sua 1ª sessão ordinária da 3ª legislatura no ano de 1899**. Ouro Preto:

Imprensa oficial, 1899.

MORAIS, Luciano Jacques de. Gorceix, sua vida e sua obra. **Revista de Escola de Minas**, Ouro Preto, ano 19, n. 2-6, p. IX-XXVI, mai./dez., 1954.

OLIVEIRA, P. R. DE. Minas Gerais entre a integração interna e externa na Primeira República. **Cadernos de História**, v. 24, n. 40, p. 165-188, 15 jul. 2023.

RÉMOND, René (org.). **Pour une histoire politique**. Paris: Seuil, 1988.

RESENDE, Edna Maria. **Ecos do liberalismo**: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado imperial, Barbacena: 1831-1840. 2008. 335 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais:** o novo PRM – 1889-1906. Belo Horizonte: UFMG, 1982.

ROCHA NETO, J. M. da; BORGES, D. F. As assimetrias entre as políticas setoriais e a política de planejamento regional no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 6, n. 45, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rap/a/L3QrkLvrWgB4ccMdrfX8SsC/#. Acesso em 15 fev. 2024.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. **La Casaque d'Arlequim:** Belo Horizonte, une capitale éclectique du 19e siècle. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1997.

SILVA, Wlamir. A independência dos toucinheiros: apontamentos sobre uma peculiaridade mineira. In: ARAÚJO, M. M. (org.). **Independência (In)dependências:** Minas Gerais 1822-2022. Fundação João Pinheiro: Belo Horizonte, 2023, p. 75-87.

SOUZA, Marcos de Moura e. Independência do Brasil é vista de formas diferentes a cada momento. **Valor Econômico**, São Paulo, 6 de setembro de 2022. Disponível em: https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/09/06/independencia-e-vista-de-formas-diferentes-a-cada-momento.ghtml. Acesso em: 26 set. 2023.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Elites políticas em Minas Gerais na Primeira República. **Estudos históricos,** Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 39-56, 1995.

WIRTH, John D. **O fiel da balança:** Minas Gerais na federação brasileira,1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Recebido em 5/3/2024.

Aprovado para publicação em 12/07/2024.